

Lições não aprendidas do outono de 2013

CRISTIANO ROMERO

Não há sociedade de consumo de massa mais parecida com a americana do que a brasileira. A exemplo dos americanos, os brasileiros poupam muito pouco e, quando a conjuntura permite, consomem além do necessário. Nos tempos de bonança, endividam-se sem prudência alguma para consumir já, agora, sem nenhuma preocupação com o futuro que legarão a seus descendentes.

A semelhança que faz do Brasil uma espécie de Estados Unidos com 50 anos de atraso - o avanço tecnológico lá está aumentando de forma muito rápida a distância entre as duas economias em termos de desenvolvimento - decorre do fato de americanos e brasileiros não possuírem traços culturais ou religiosos que amaldiçoem o consumo. Uma diferença é que, aqui, o lucro é visto como sinônimo de ganância, enquanto, no país mais rico do mundo, trata-se de uma virtude. De toda forma, abençoados pela natureza, EUA e Brasil são os países da abundância, logo, do gasto excessivo, do consumo inconsequente e insustentável, do

desperdício - tudo isso está mudando, mas as características típicas da exuberância de ambos seguem hegemônicas.

No último boom econômico (2004-2010), milhões de brasileiros tiraram proveito do aumento da renda e da taxa de câmbio valorizada para passar férias nos EUA. A maioria voltava intrigada com alguns fatos: os preços de produtos de qualidade bem superior aos encontrados aqui são bem menores lá; a variedade de marcas oferecidas no mercado americano é infinitamente superior; serviços como hotel, em geral, são melhores e mais baratos; a infraestrutura de estradas, trens, metrô e aeroportos, por onde trafegam os turistas, é incomparavelmente mais ampla, funcional e arrojada.

País parece não estar preparado para ter economia de mercado

É natural que, depois de conhecerem Miami, Nova York, Chicago, San Francisco ou Los Angeles, brasileiros se perguntem por

que as coisas deram certo lá e aqui, não; por que o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA é mais de dez vezes o do Brasil; por que nascem no ambiente universitário americano as principais inovações tecnológicas; por que os gringos conseguiram ficar tão ricos e nós continuamos sendo "o país do futuro" que nunca chega - a profecia de Stefan Zweig tem mais de 80 anos -, uma vez que os dois países são tão parecidos - em território, riquezas naturais, sistema político (presidencialismo), regime econômico, sociedade de consumo de massa, valores culturais etc.

Historiadores dedicados ao tema dirão que a distinção se deu pelo processo histórico específico de cada nação, e eles estão certos. O Brasil, porém, funde a cuca de qualquer analista. O país tem uma população que, aparentemente, convive bem com a ideia de economia capitalista. Gostamos de consumir e, mesmo não tendo os melhores incentivos, também de empreender. O brasileiro comum, ao contrário de preconceitos disseminados por setores da elite cultural, não é empecilho ao progresso.





O que nos impede, então, de alcançar o futuro tão almejado? Talvez, uma parte da resposta ou toda ela esteja nas ruidosas manifestações populares que tomaram o país em meados de 2013. Os protestos começaram na capital paulista por causa do aumento da passagem de ônibus. Diante da repressão policial, milhares de pessoas começaram a tomar as ruas para gritar não apenas contra o preço da passagem, mas contra tudo o que as incomodava desde sempre - a baixa qualidade dos serviços prestados pelo Estado em áreas como saúde, educação e segurança pública, apesar da onerosa carga tributária, que desestimula o investimento privado e diminui a renda disponível, principalmente, da parcela mais pobre da população.

É interessante revisitar o contexto em que eclodiram aqueles movimentos de caráter difuso, sem liderança organizada, embora precisos nos temas abordados. De 2004 a 2010, a economia brasileira viveu um dos períodos de maior prosperidade de sua história. A inflação foi domada, o ritmo de expansão anual do PIB mais que dobrou na média - de 2% para mais de 4% -; o "exército de reserva", que fazia do índice de desemprego do país um dos mais altos do planeta, começou a ser contratado pelas empresas - e com carteira assinada -; com a melhora da situação fiscal,

o setor público superou simbolicamente a crise da dívida (de 1982) ao ganhar das agências de classificação de risco o selo de bom pagador; e o combate às desigualdades sociais ganhou prioridade no orçamento público.

Em 2010, a economia brasileira cresceu 7,5%, a taxa mais alta desde 1986. O ritmo se mostrou insustentável e, por essa razão, no ano seguinte, o primeiro da gestão Dilma Rousseff, o governo adotou medidas para moderar o crescimento. Em agosto de 2011, porém, desistiu da moderação e começou a implantar a "Nova Matriz Econômica", modelo de intervenção do governo nos principais preços da economia (taxas de juros e câmbio) para acelerar o PIB, em detrimento do combate à inflação; na prática, destruiu a credibilidade das contas públicas, acabou com a previsibilidade dos principais indicadores econômicos, o que acabou desestimulando o investimento privado e, assim, jogando a nação na mais longa recessão de sua história.

Em 2013, os ventos da "Nova Matriz" já não sopravam tão fortemente. Depois de cortar a taxa básica de juros (Selic) de forma insustentável - graças ao aumento da inflação e à piora das expectativas -, o Banco Central começou a subir os juros. Apesar disso, milhões de

pessoas foram às ruas, a partir de junho daquele ano, não para reclamar da economia, afinal, a taxa de desemprego estava no menor patamar da história.

Os brasileiros foram protestar contra o Estado que tributa de forma implacável e, em troca, não oferece serviços de qualidade. Gritou-se também contra a corrupção, todavia, tampouco esse tema foi central no "outono brasileiro" de 2013 - a Operação Lava-Jato só começou no segundo trimestre do ano seguinte. Atônitos, a presidente Dilma e o Congresso Nacional responderam às manifestações com uma lei anticorrupção. E só. Nada de discutir os principais motivos dos protestos: a educação pública que custa caro e não ensina (nos níveis fundamental e médio), a saúde de baixa qualidade, o saneamento que não se faz, a segurança pública que não nos protege da chaga da violência, que em 2016 abreviou a vida de 62 mil pessoas.

As ruas parecem adormecidas, mas não esqueceram 2013. E de lá para cá, o que era para melhorar - o Estado - piorou.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E - m a i l :
cristiano.romero@valor.com.br

Lições orçamentárias

Por vezes parecem demasiado abstratas as noções de que o dinheiro do governo é de todos e, sobretudo, de que é finito. Já no Brasil de hoje, tais fatos estão visíveis a olho nu.

Por aqui, estreitou-se dramaticamente a margem do poder público para a ampliação de sua dívida —o expediente de que os Estados nacionais se valem para acomodar mais despesas em seus Orçamentos, tornando menos perceptíveis os conflitos por recursos escassos.

Na atual situação do país, cada compromisso adicional assumido em favor de um determinado setor da sociedade implica perdas claras e imediatas para outros.

Nesse sentido, foi quase pedagógico o recente episódio da paralisação dos caminhoneiros e das concessões feitas pelo governo Michel Temer (MDB) à categoria.

A um custo total estimado em R\$ 13,5 bilhões neste ano, tomaram-se decisões para baratear o óleo diesel: eliminar a cobrança da Cide, um tributo regulador, e baixar as alíquotas de PIS e Cofins sobre o produto, cujo preço também será diretamente subsidiado com verbas do Tesouro Nacional.

Em questão de horas, o público tomou conhecimento de como tais perdas seriam compensadas. Haverá redução de benefícios tributários para exportadores e revisão da desoneração da folha de pagamento para alguns setores empresariais —alta de impostos, em suma. Despesas, como em saúde e educação, passarão por cortes.

A própria área de transportes será afetada, como noticiou esta Folha. Sem a Cide sobre o diesel, União e estados perderam mais de R\$ 1 bilhão para ampliação

ou conservação de rodovias.

Em outros tempos, seria mais simples providenciar uma solução menos indigesta, ainda que enganosa. Bastaria, por exemplo, diminuir a parcela da arrecadação destinada ao pagamento de juros.

Por abuso desse artifício, entretanto, o Tesouro já não dispõe de sobras em suas receitas, que se tornaram insuficientes para cobrir os gastos com pessoal, custeio, programas sociais e obras. O resultado é o endividamento galopante, que tão cedo não se conseguirá conter —mesmo que governo e Congresso não criem novas benesses.

Aos eleitos neste ano caberá gerir expectativas de um eleitorado acostumado a promessas demagógicas. A adaptação a um Orçamento realista demandará um duro aprendizado de todos.

Dívida pública do Brasil destoa do padrão emergente

Dados e projeções do FMI, em % do PIB



Socialização

ANTONIO DELFIM NETTO

Confirmou-se, mais uma vez, que erros dos governos podem ser mais destrutivos do que os dos mercados e que, pior, sempre terminam na socialização dos prejuízos, isto é, a conta é paga por quem não tem nada a ver com eles!

Por exemplo, um planejamento sonhático em 2009 (para atender às montadoras) beneficiou os caminhões com exagerados subsídios. Isso induziu o setor a um superinvestimento que talvez fosse rentável se o Brasil continuasse a crescer 4% ao ano, o que não aconteceu.

O primeiro sinal do problema no setor foi produzido pela queda do PIB e a redução das cargas transportadas, resultados do voluntarismo do governo Dilma em 2014/15, o que reduziu o valor do frete.

Foi mitigado pelo subsídio que a Petrobras foi obrigada a dar aos combustíveis, que quase a levou à falência.

Agora o governo decidiu corrigir

o erro com outro. Subsidiou (desta vez por conta do Tesouro Nacional) o preço do óleo diesel para sustentar um nível arbitrário de frete que prejudicará a eficiência de toda a economia, além de aumentar a lambança tributária eliminando o reintegra.

O governo foi, aparentemente, surpreendido pela falta de informação, o que é estranho, pois em junho de 2017, quando a crise já era aguda, ele aumentou o PIS/Cofins em R\$ 0,21 por litro de diesel.

Teve, ao final, de render-se a um poder que, mesmo em condições normais de pressão e temperatura, deveria ter sido mantido sob vigilância microscópica, como fazem, institucionalmente, todos os países democráticos e, ainda mais, os autoritários, porque os “blindados” não se movem sem combustível!

Nos países civilizados, o setor de energia costuma ser controlado pela separação das atividades de exploração, produção, transporte, refino e distribuição, exercidas por empresas que formam seus preços

em mercados competitivos.

A desverticalização bem regulada parece melhor do ponto de vista econômico e é infinitamente melhor do ponto de vista da segurança nacional.

O poder inerente ao setor não pode ficar nas mãos de um só ator, nem mesmo o governo, sem que seja uma permanente ameaça à democracia.

Talvez seja bom lembrar que o petróleo é, a despeito da ignorante arrogância de alguns governantes, um bem finito que não lhes pertence. Pertence a todos os brasileiros, seus filhos, netos, bisnetos... até, um dia, esgotar-se. É por isso que temos de tratá-lo bem e economizar o seu uso precificando-o pelo seu custo de oportunidade (o preço internacional).

A verdadeira tragédia é que a preliminar do desenvolvimento é a existência do estado de espírito, que vínhamos animando. Temo que ele tenha sido atropelado nas estradas na semana passada...

Respeito à Lei das Estatais

Apenas em nível federal, há 154 empresas estatais no País, de acordo com o Boletim das Empresas Estatais Federais, editado pela Secretaria de Coordenação e Governança do Ministério do Planejamento. Ao contrário da iniciativa privada, onde o ambiente de alta competitividade exige atenção a detalhes como eficiência e produtividade – ou as empresas quebram e os funcionários vão para a rua –, são poucas as empresas públicas que podem ser consideradas modelos de governança corporativa.

A Petrobrás é uma delas. No ano passado, o Ministério do Planejamento criou o Índice de Governança para avaliar o grau de aderência das empresas estatais aos requisitos exigidos pela Lei n.º 13.303/2016 e às diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União. A petroleira e o Banco do Brasil foram as únicas estatais que receberam 10, a nota máxima.

Por isso é de estranhar que a Petrobrás esteja estudando medidas legais que podem ser adotadas para evitar alguns bons controles previstos na Lei das Estatais no tocante às grandes compras, como as de plataformas para a exploração do pré-sal. Por que a Petrobrás seria uma estatal diferente das demais, sujeita a um regime de governança próprio?

A aprovação da Lei n.º 13.303/2016, a chamada Lei das Estatais, foi um grande passo na direção da moralização da administração das empresas públicas. A lei introduziu uma série de medidas com o objetivo de profissionalizar a gestão dessas empresas, livrando-as, pelo menos em parte, da sanha de lideranças políticas ávidas por torná-las seus feudos inexpugnáveis, sustentando seus interesses eleitorais à custa do bem público. Tanto é assim que se tornou banal no Brasil dizer, por exemplo, que o partido A "controla" a estatal X, do setor energético, ou que o setor aeroportuário é um naco do Estado que "pertence" ao partido B.

Enquanto não se põe em marcha um sério projeto de transformação dos papéis e responsabilidades do Estado, que ao menos as boas práticas impostas pela Lei das Estatais sejam respeitadas por todas as estatais, sem

exceção. A Petrobrás não há de ser uma exceção, ainda mais porque em meio do processo para recuperá-la dos danos causados pelo assalto de que foi vítima pelas hostes lulopetistas.

Um dos avanços da Lei das Estatais contra o qual a Petrobrás, segundo se informa, ora se insurge é a extinção da chamada carta-convite. Por ela, a empresa pode restringir uma concorrência pública aos três fornecedores mais reconhecidos no mercado em que atuam. Um decreto de 1998 equiparou o regime de compras da petroleira ao do setor privado e, assim, permitiu que a Petrobrás enviasse cartas-convite para fornecedores específicos.

Evidente que a maior parte das compras feitas pela estatal nestes últimos 20 anos se deu de forma idônea. Mas também não se pode ignorar o fato de que a pré-seleção de fornecedores para participar das concorrências na Petrobrás levou ao petrolão.

O Tribunal de Contas da União (TCU) questionou este "privilégio" da Petrobrás de poder contratar sem licitação. O caso foi parar no Supremo, mas, a rigor, não deveria ir a julgamento porque no mês que vem termina o prazo de adaptação das estatais à lei, que exige licitação para assinatura de contratos acima de R\$ 100 mil.

Mas é provável que o caso tenha mesmo de ser decidido pela Justiça. Tanto a Petrobrás como fornecedores de menor porte, que ficarão de fora das concorrências caso a Lei n.º 13.303/2016 não seja cumprida pela petroleira, manifestaram disposição para o litígio.

Um dos grandes desafios impostos à Nação é o combate ao notório déficit administrativo que há décadas torna a maior parte das estatais um sorvedouro inesgotável de dinheiro público e um case de sucesso ao contrário, modelos de ineficiência, desperdício e má gestão. A Lei das Estatais veio em boa hora para ajudar o País a dar conta desse enorme desafio. Que ela não vire letra morta para algumas estatais, menos ainda para a maior de todas elas.